

Reforma política já é tema comum a governo e oposição

Depois do anúncio do presidente José Sarney de que pretende dar prioridade este ano à aprovação de mudanças na legislação político-eleitoral, senadores de todos os partidos asseguram apoio à iniciativa

A necessidade de aprovar, se possível ainda este ano, uma reforma política passou a ser defendida por senadores da oposição e do governo. O tema voltou ao centro dos debates na terça-feira, depois que José Sarney anunciou, ao ser reeleito para a Presidência do

Senado, que essa será uma de suas duas prioridades no cargo (a outra é concluir a modernização administrativa da Casa).

O PMDB, que detém o maior número de cadeiras no Senado, pretende exercer um papel central nessas discussões, como antecipou ontem o senador Eunício Oliveira

(CE). “O partido deve isso à sociedade”, afirmou. Representantes do PT, PSOL, PDT e PSDB também disseram ontem que não há dúvida sobre a urgência de se modificar a legislação político-eleitoral, mas a oposição cobra ações concretas por parte do governo. **3**

Frentes buscam apoio de Dilma para reprimir o trabalho escravo

As duas frentes nacionais empenhadas em combater o trabalho escravo no país pretendem se reunir com a presidente Dilma Rousseff para pedir o empenho do Executivo na aprovação da PEC que prevê o confisco de terras onde essa irregularidade for constatada. A escolha do fim da miséria como prioridade do governo federal será um dos argumentos usados. **8**



Com representantes do governo e da sociedade, audiência pública ontem, no Senado, encerrou a Segunda Semana Nacional de Combate ao Trabalho Escravo

J. Freitay/Senado Federal

Gilvam, João Durval, Maria do Carmo e Vanessa são eleitos suplentes da Mesa **2**



Marta Suplicy estreia na presidência da sessão plenária. Na tribuna, Eduardo Suplicy lê carta de Cesare Battisti aos senadores

Carta de Cesare Battisti reabre debate sobre extradição

Lida pelo senador Eduardo Suplicy, que visitou o ex-ativista italiano na prisão, carta provoca contestações de Demóstenes Torres e de Pedro Taques, ambos favoráveis à extradição. **7**

Definição do salário mínimo concentra a atenção parlamentar **5**

Flexa Ribeiro: PSDB poderá ir à Justiça para garantir a presidência da CI **2**

Waldemir Barreto/Senado Federal

Senador alerta que critério da proporcionalidade, usado para a composição da Mesa do Senado, deve ser mantido na escolha dos futuros dirigentes das comissões permanentes. Petistas e tucanos reivindicam Comissão de Infraestrutura

PSDB pode ir à Justiça para assegurar a presidência da CI, diz Flexa Ribeiro

APOIADO NO CRITÉRIO da proporcionalidade partidária, o PSDB não vai abrir mão do direito de indicar um nome do partido para a presidência da Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI). É o que afirma o senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA). Segundo ele, seu partido poderá até recorrer à Justiça caso a regra seja desrespeitada nas comissões, com decisão na base do voto, hipótese que estaria circulando na Casa.

Na quarta-feira, Flexa Ribeiro defendeu o adiamento da reunião para a escolha dos suplentes da Mesa da Casa, para ganhar tempo para que fosse também negociada a compo-

ção das mesas das comissões.

Mas, segundo Flexa, o adiamento decidido na véspera acabou sendo inútil, pois as negociações sobre as comissões não avançaram nada ontem.

Desde o início, conforme Flexa Ribeiro, o PSDB deixou claro que pretendia ficar com o comando da CI caso não houvesse acordo para uma composição diferente. Ele lembrou que a proporcionalidade é regimental e assegura ao partido a terceira escolha de comissão, após o PMDB – que ficou com a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) – e o PT – que pediu a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

O senador pelo Pará disse que

foram os demais líderes que procuraram o PSDB para tratar da cessão da CI, reivindicada pelo senador Lindbergh Farias (PT-RJ).

A contrapartida pedida pelos tucanos teria sido mais um espaço na Mesa e o comando de uma segunda comissão, uma delas a de Educação, Cultura e Esporte (CE). O PT ou outro partido do bloco do governo teriam de abrir mão de uma de suas comissões para o acordo avançar.

– O problema é que todos querem a Comissão de Infraestrutura. Nós também queremos, mas a diferença é que temos esse direito – afirmou Flexa Ribeiro, para quem o líder do PT, Hum-

berto Costa (PE), mostrou-se pouco flexível para atender as condições do PSDB.

Outra controvérsia girava em torno do comando da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), que deveria ser cedida ao DEM, mas era também disputada pelo PDT. Para o senador Eunício Oliveira (CE), um dos articuladores pelo PMDB, o líder do PT, seu aliado, foi apenas intenso no tom.

De acordo com Eunício Oliveira, o PMDB defendeu a proporcionalidade partidária para a composição da Mesa, por isso ele entende que essa deve ser também a regra para as mesas das comissões.

Suplentes da Mesa foram eleitos ontem

O Plenário do Senado elegeram ontem para suplentes da primeira, segunda, terceira e quarta secretarias da Mesa, respectivamente, os senadores Gilvam Borges (PMDB-AP), João Durval (PDT-BA), Maria do Carmo Alves (DEM-SE) e Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM). Foram 51 votos favoráveis, cinco contrários e nenhuma abstenção.

Após a votação, o presidente do Senado, José Sarney, convocou os líderes partidários a indicar os presidentes e vice-presidentes das comissões permanentes. Ainda não há acordo para a distribuição das presidências.

O principal impasse é a disputa pela presidência da Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI). Em 2009, a falta de acordo fez com que os presidentes só fossem definidos no dia 4 de março.

Mesa

Presidente	• José Sarney (PMDB-AP)
1º vice-presidente	• Marta Suplicy (PT-SP)
2º vice-presidente	• Wilson Santiago (PMDB-PB)
1º secretário	• Cícero Lucena (PSDB-PB)
2º secretário	• João Ribeiro (PR-TO)
3º secretário	• João Vicente Claudino (PTB-PI)
4º secretário	• Ciro Nogueira (PP-PI)
Suplentes de secretários	• Gilvam Borges (PMDB-AP)
	• João Durval (PDT-BA)
	• Maria do Carmo Alves (DEM-SE)
	• Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)



Itamar defende o direito da minoria no Congresso

O senador Itamar Franco (PPS-MG) chamou a atenção para o fato de que o adiamento da eleição dos suplentes da Mesa do Senado foi feito a pedido “de” líderes partidários, e não “dos” líderes, como comunicado na quarta-feira em matéria da Agência Senado.

Itamar disse considerar compreensível o adiamento, uma vez que, mesmo firmado o acordo sobre a composição da Mesa, ainda não havia consenso na base do governo.

– O que não considero compreensível, e nem mesmo aceitável, se de fato o adiamento se deu a pedido dos líderes, é que eu, sendo líder do PPS, não

tenha sido consultado e nem sequer informado sobre tal decisão tomada, ainda que em maioria. Tivesse sido ouvido, provavelmente seria mais um a concordar com o pedido feito à Vossa Excelência – afirmou, dirigindo-se ao presidente do Senado, José Sarney.

Itamar disse que esse foi um episódio sem maiores consequências, mas manifestou preocupação de que venha a tornar-se uma prática na Casa. Ele disse que, no futuro, “decisões certamente serão tomadas com a participação de todas as lideranças, independentemente do tamanho de suas bancadas, como prevê o

Regimento Interno” (Inciso 7º do artigo 412).

– Digo isso especialmente no momento em que discutiremos a composição das comissões permanentes desta Casa. A minoria jamais pode ser esquecida no Parlamento brasileiro.

Itamar agradeceu as “gentilezas que tem recebido” de José Sarney que, tanto quanto ele, estaria “acostumado com as injustiças da vida pública”.

– O tratamento que Vossa Excelência tem me dado, desde que cheguei nesta Casa, renovou a esperança na minha alma – afirmou.

Sarney ressaltou a amizade que os “uniu por toda a vida”.

Único representante do PPS no Senado, Itamar Franco pede atenção: “A minoria jamais pode ser esquecida no Parlamento brasileiro”

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário Sessão é destinada a pronunciamentos

9h A sessão não deliberativa de hoje é destinada a discursos dos senadores. Entre os primeiros inscritos, estão Francisco Dornelles (PP-RJ), Eduardo Suplicy (PT-SP) e Delcídio Amaral (PT-MS).

SESSÃO ON-LINE: a íntegra dos pronunciamentos publicados no **Jornal do Senado** pode ser lida no endereço www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sessao/default.asp

Mais

DEMOCRACIA

Transmissão ao vivo das sessões plenárias e das comissões . Alô Senado . Argumento Em Discussão . Jornal do Senado . Repórter Senado . É Lei . Senado Aprova

15



Cristiano Gallo/Senado Federal

Eunício: "O PMDB deve, junto com o Congresso, essa reforma à sociedade"



Cristiano Gallo/Senado Federal

Humberto Costa diz que PT é contra o voto majoritário para a Câmara



José Cruz/Senado Federal

João Durval afirma que vai trabalhar pela redução do número de partidos



Waldemir Barreto/Senado Federal

Flexa Ribeiro espera que "governo saia do discurso e passe à ação"

Entenda o que é voto proporcional

No discurso de abertura dos trabalhos legislativos de 2011, na quarta-feira, e em entrevistas à imprensa, o presidente do Senado, José Sarney, defendeu urgência na votação de reformas política e eleitoral, com prioridade para o fim do voto proporcional com lista aberta, sistema adotado no Brasil para a eleição de deputados federais, estaduais, do Distrito Federal e também de vereadores.

O voto proporcional, na opinião de Sarney, "é responsável pela desintegração dos partidos, o que impede a formação de homens públicos, programas e ideias".

Críticas

O voto proporcional com lista aberta tem sido bastante criticado porque nem sempre os candidatos com mais votos conseguem se eleger, enquanto outros podem não só conquistar uma vaga, mas também ajudar a eleger outros dentro do próprio partido que tiveram poucos votos.

Foi o que aconteceu, por exemplo, com Enéas Carneiro. Em 2002, ele foi o mais votado do país para deputado federal e, assim, levou mais cinco candidatos de seu partido para a Câmara, tirando da disputa outros que tiveram mais votos. Isso acontece porque o resultado da eleição depende também do número de votos que o partido do candidato recebe.

Para saber o número de assentos de um partido na Câmara, primeiro é preciso calcular o quociente eleitoral, dividindo-se, para isso, os votos válidos pelo número de cadeiras de cada estado. Segundo o Código Eleitoral (Lei 4.737/65), estão fora da disputa os partidos que não tiverem alcançado o número de votos igual ou superior ao quociente eleitoral.

Senadores da base governista e da oposição defendem reforma política

Fim do voto proporcional, financiamento público de campanha, redução do número de partidos e possibilidade de os eleitores revogarem os mandatos de seus representantes são alguns pontos mencionados por parlamentares

A NECESSIDADE DE uma reforma política é defendida tanto por senadores de partidos que apoiam o governo como pelos de oposição. Também o presidente do Senado Federal, José Sarney, e a presidente da República, Dilma Rousseff, têm opinião convergente sobre a urgência da realização da reforma.

Maior bancada da Casa, o PMDB já se organiza para atuar como protagonista no processo de discussão da reforma, conforme ressaltou o senador Eunício Oliveira (PMDB-CE).

– Até porque o PMDB é o maior partido do Brasil e o único que elegeu deputados federais em todos os estados brasileiros.

O PMDB deve, junto com o Congresso, essa reforma à sociedade brasileira – disse.

O senador lembrou que o partido defende o fim do voto proporcional, segundo o qual um deputado que recebe expressiva votação "puxa" candidatos de seu partido, mesmo que não tenham sido bem votados.

– Isso vai evitar episódios como o que aconteceu na última eleição para deputado federal em São Paulo, onde o fenômeno eleitoral Tiririca trouxe ao Congresso Nacional deputados com poucos votos – exemplificou Eunício Oliveira.

Sobre esse aspecto, o PT, segunda maior bancada do Senado, tem posição oposta.

Conforme o líder do partido, senador Humberto Costa (PE), a agremiação quer urgência na reforma política, mas trabalhará para manter o voto proporcional. Segundo o parlamentar, a adoção do voto majoritário na Câmara dos Deputados representa a negação dos partidos políticos.

Poder econômico

Humberto Costa, assim como o senador Jayme Campos (DEM-MT), defende a implantação do financiamento público de campanha, pondo fim à influência do poder econômico sobre as eleições. Posição semelhante tem a líder do PSOL, senadora Marinor Brito (PA). Além

desse ponto, ela defenderá a possibilidade de o eleitor revogar os mandatos dos seus representantes.

Também favorável à reforma política, o senador João Durval (PDT-BA) informou que pretende trabalhar pela redução no número de partidos. Ele reclamou de agremiações que são criadas para "enriquecer seu dono" e negociar tempo na propaganda gratuita no rádio e na televisão.

Já o senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) disse esperar que o governo "saia do discurso e passe à ação, realizando na prática as reformas anunciadas nos discursos de abertura dos trabalhos do Congresso.

Sarney promete empenhar-se na proposta

O senador José Sarney deve dedicar seu quarto mandato como presidente do Senado à aprovação de leis que a sociedade brasileira vem reclamando, como a reforma política, segundo reiterou em entrevista ao programa *Espaço Aberto*, da Globo News.

– Temos um regime político e eleitoral dos mais anacrônicos do mundo. Basta dizer que o voto uninominal proporcional [voto no candidato, e não no partido] só existe no Brasil, o

que prejudica a representatividade, evita o aprofundamento da democracia e, ao mesmo tempo, cria uma desintegração política muito grande. Os adversários passam a ser dos próprios partidos e a atividade política se restringe a uma luta pessoal que remanesce das questões eleitorais – considerou.

A prioridade dada por José Sarney à reforma política tem o respaldo do presidente da Câmara, deputado Marco Maia, segundo o qual o momento é

favorável à realização desse debate no Congresso. E reforçou as críticas ao voto uninominal, por incentivar uma relação clientelística entre eleitor e eleito.

Apesar de reconhecer que a carga fiscal brasileira é muito pesada, José Sarney acredita ser mais difícil chegar a um consenso em torno de mudanças na área tributária. Um dos maiores desafios é aliviar os encargos sobre a folha de pagamento, pelo desestímulo à geração de empregos, afirmou.



Waldemir Barreto/Senado Federal

José Sarney acredita que é mais difícil ter consenso sobre reforma tributária

Mais CULTURA

Conversa de Músico . Conversa de Músico/Concertos . Espaço Cultural
Leituras . Caminho das Artes . Tela Brasil . Senado Documento

15



Crescimento econômico brasileiro deve ser mantido, diz Inácio Arruda

Inácio apoia Estado como vetor da economia

O senador Inácio Arruda (PCdoB-CE) defendeu o Estado como vetor do crescimento econômico do país. Ele lembrou que, na quarta-feira, a presidente Dilma Rousseff anunciou investimentos em infraestrutura, até 2014, no valor de R\$ 955 bilhões. Os investimentos serão feitos por meio da segunda etapa do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC 2).

O senador convidou o Plenário a participar da discussão que opõe, de um lado, o Estado como principal vetor de crescimento brasileiro, e, de outro, "aquela tese que foi derrotada nas eleições seguidamente, em 2002, 2006 e 2010, que é a máxima da ortodoxia neoliberal", a qual, para Inácio Arruda, determina que o crescimento da economia de países em desenvolvimento tem de ser limitado.

– É aqui que definiremos se teremos um longo período de crescimento, de desenvolvimento, ou se faremos a velha política do dáblui [referência ao Consenso de Washington, que propõe a aplicação de princípios liberais na economia]: cresce, cai, cresce, cai, e isso não ajuda o nosso país. Claro, temos a nossa comissão específica para tratar desse assunto, a Comissão de Assuntos Econômicos, mas o Plenário é o centro, é a base. É aqui que temos de discutir a questão mais importante do Brasil, que é manter o rumo do seu desenvolvimento, do seu crescimento – afirmou.

Senador destaca, entre outros pontos do discurso da presidente no Congresso, erradicação da pobreza, rigor nos gastos públicos, combate à corrupção e valorização do salário mínimo

Mozarildo: "Fala de Dilma reflete os anseios do povo"

O SENADOR MOZARILDO Cavalcanti (PTB-RR) afirmou que os principais temas da fala da presidente Dilma Rousseff no Congresso Nacional refletem anseios e sentimentos de todo o povo brasileiro, a começar pela erradicação da pobreza extrema no território nacional.

– Eu acho que não há nenhum brasileiro ou brasileira que discorde desse objetivo. E ela disse muito bem quando chamou não só o Congresso Nacional, mas todas as forças vivas da nação para uma grande parceria na consecução desses objetivos.

Mozarildo citou outras passagens do discurso, como controle inflacionário, rigor nos gastos públicos, combate à corrupção, manutenção da estabilidade econômica, política de longo prazo de valorização do salário mínimo e ações integradas nas áreas de saúde, educação e segurança pública.

Ele classificou de extremamente necessários os pontos do discurso de Dilma sobre a valorização da diversidade cultural brasileira, a



Mozarildo afirma que as reformas política e tributária precisam ser realizadas logo

implantação de um sistema nacional de prevenção e alerta de desastres naturais, investimentos maciços em obras de infraestrutura e crescimento industrial e agropecuário em sintonia com a preservação ambiental.

Mozarildo salientou que as reformas política e tributária, anunciadas pela presidente, precisam ser realizadas o mais rápido possível, para evitar a desmobilização dos congressistas com as eleições de 2012, por exemplo.

Ele chamou a atenção para a necessidade de discussões mais aprofundadas sobre a exploração de petróleo na camada pré-sal e a destinação dos recursos daí resultantes.

Mozarildo deu boas-vindas a todos os senadores e senadoras recém-empossados, citando em especial a sua conterrânea Ângela Portela (PT-RR). Em apertes, os senadores Wellington Dias (PT-PI) e Marinor Brito (PSOL-PA) elogiaram o pronunciamento.

Lindbergh defende política econômica do governo

O senador Lindbergh Farias (PT-RJ) defendeu ontem a política econômica do governo, ao comentar a mensagem da presidente Dilma Rousseff ao Congresso Nacional, na abertura dos trabalhos legislativos da 54ª legislatura, quando esta afirmou: "Temos no futuro próximo oportunidade única de transformar o Brasil em nação economicamente desenvolvida e socialmente justa."

Lindbergh fez um apelo aos senadores para que, independentemente de agremiação partidária e alinhamento ideológico, e de quais sejam suas visões acerca da condução da política macroeconômica, considerem o atual cenário internacional de dificuldades, com o elevado preço das *commodities* e a guerra cambial, que devem ser avaliados nas definições de



Para Lindbergh, é consenso que país precisa aumentar sua competitividade

política econômica.

– Uma coisa é consenso: é necessário aumentar a competitividade, romper os gargalos que entram o crescimento econômico – sugeriu.

Novamente referindo-se à mensagem da presidente, o parlamentar mencionou o investimento de R\$ 955 bilhões no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) 2. Ele ressaltou que o propósito de Dilma é dar continuidade – de modo mais aprofundado – às ações promovidas nos dois mandatos de Luiz Inácio Lula da Silva.

Salário mínimo

Lindbergh destacou as conquistas obtidas no governo anterior, como a adoção de uma política de valorização do salário mínimo, que garantiu ajuste real de 50% em oito anos e aumento 7% superior à inflação nos últimos seis anos.

Outro mérito de Lula, segundo Lindbergh, foi ter ampliado o mercado de crédito e os investimentos públicos.

Dornelles: PP quer crescimento com justiça social

Francisco Dornelles (PP-RJ) anunciou ontem que a meta do seu partido no Senado será a busca do crescimento econômico com geração de emprego e renda, justiça social e melhor remuneração da força de trabalho.

– O PP entende que crescimento econômico sustentado somente ocorre com políticas fiscais, monetária e creditícia administradas de forma a garantir a estabilidade da moeda e evitar pressões inflacionárias – acrescentou.

Dornelles disse que o partido também defende uma sociedade pluralista, aberta e democrática, com respeito absoluto aos direitos fundamentais do cidadão.



Francisco Dornelles

Mário Couto pede Senado mais independente

O senador Mário Couto (PSDB-PA) deu boas-vindas aos colegas recém-empossados e desejou que o Senado seja mais independente em relação ao Poder Executivo nos próximos quatro anos.

– A submissão nesta Casa foi o fato mais contundente que presenciei durante os meus primeiros quatro anos de mandato. Espero que esta nova missão destes novos senadores não tenha como ponto fundamental a submissão à presidenta da República – afirmou.

Para Mário Couto, a Câmara e o Senado ficaram desmoralizados nos últimos oito anos por terem sido submissos em demasia ao Poder Executivo.



Mário Couto

Agenda Econômica . Cidadania . Diplomacia . Ecosenado . Inclusão . Jornal do Senado
Parlamento Brasil . Repórter Senado . Documentários . Histórias Contadas

Tema é um dos mais polêmicos na agenda do Congresso neste início de ano. Governo admite chegar a R\$ 545 e centrais insistem em R\$ 580

Novo salário mínimo segue no centro dos debates

O VALOR DO salário mínimo é uma das principais matérias na agenda da Câmara e do Senado neste início de ano. Com a Medida Provisória 516/10, assinada no fim do ano passado, o governo fixou em R\$ 540 o piso nacional de salários, mas as centrais sindicais insistem em R\$ 580 e, nas negociações, o governo admitiu chegar a R\$ 545.

Os entendimentos prosseguem e um novo valor pode ser incluído na MP – que então se tornará projeto de lei de conversão – na Câmara ou no Senado. Vários parlamentares têm apoiado a reivindicação das centrais sindicais, mas o governo alega que cada real de aumento significaria acréscimo superior a R\$ 280 milhões nas

despesas orçamentárias.

A política permanente de valorização do mínimo, acordada entre governo e centrais sindicais em 2007, foi responsável por aumentos reais quando foi criada, e teve sucesso até ser abalada pela crise financeira internacional.

Política permanente

Como a variação do produto interno bruto (PIB) de 2009 foi negativa, criou-se um problema: o critério de reajuste acordado em 2007, com vigência prevista para até 2023, determina o repasse da inflação do período entre as duas correções anuais, mais o aumento real pela variação do PIB – ou seja, quando a variação é negativa, o mínimo

não tem aumento real.

Com a retração de 2009, o governo usou apenas a variação da inflação do ano de 2010 para fixar, em 2011, o mínimo de R\$ 540. As centrais argumentam que muitas categorias profissionais obtiveram aumentos acima da inflação, como consequência da recuperação da economia no ano passado, com crescimento superior a 7%. Um reajuste na contramão dessa tendência achataria o valor do mínimo.

Em resposta, o governo alega que a variação do PIB de 2010 deve elevar substancialmente o mínimo em 2012, e poderia ser casuística a mudança de um critério que contribuiu para a recuperação do poder de compra do salário.

Em mensagem ao Congresso Nacional na quarta-feira, a presidente Dilma Rousseff anunciou que enviará ao Legislativo projeto de uma política de longo prazo para valorização do salário mínimo.

Impacto relativo

Na verdade, a presidente da República estará cumprindo o que prevê a Lei 12.255/10. Até 31 de março de 2011, o Poder Executivo encaminhará ao Congresso Nacional projeto de lei dispendo sobre a política de valorização do salário mínimo no período de 2012 a 2023. Em resumo, essa nova lei deve institucionalizar regras do pacto com as centrais sindicais.

O impacto do valor do míni-

mo nas administrações públicas é relativo. O Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) afirma que o número de trabalhadores que ganham até um mínimo é pouco expressivo nos governos federal e estaduais. Mas nas prefeituras, principalmente as do Nordeste, esse número é significativo.

Na Previdência Social, o aumento do mínimo mexe com 69% do total de beneficiários, segundo estudo do Dieese de janeiro de 2010. De qualquer forma, mesmo com toda a política de valorização, o mínimo corresponde hoje a um quarto do valor necessário para atender os propósitos de sua criação, em 1940.



Marinor Brito convida senadores para seminário sobre usina de Belo Monte

Marinor pede ao Congresso primazia nas questões sociais

Propostas que tratam de questões femininas, de direitos humanos, de crianças e adolescentes e de interesse social devem ter primazia na avaliação do Congresso, pediu Marinor Brito (PSOL-PA).

A senadora convidou os senadores para participarem de um seminário que irá discutir a construção da hidrelétrica de Belo Monte, no Pará, e suas consequências para os índios que habitam na região. Marinor ressaltou que, apesar de o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama) já ter liberado a construção da usina, ainda há muitos questionamentos.

A senadora fez também, em seu primeiro pronunciamento na Casa, um pequeno relato de sua biografia. Vereadora em Belém por três mandatos, entrou para a política depois de grande atividade sindical. Ela disse que se notabilizou na luta para estabelecer redes de proteção para crianças e adolescentes no Pará. Foi candidata de seu partido a prefeita de Belém e chega ao Senado com cerca de 800 mil votos conquistados com uma campanha de R\$ 53 mil – para Marinor, “um feito histórico para uma mulher militante da corrente socialista”.



O ex-governador do Piauí afirma que é preciso investir muito em educação

Erradicar a miséria não é simples, diz Wellington

No seu primeiro discurso como senador, Wellington Dias (PT-PI) comentou a decisão da presidente Dilma Rousseff de dar prioridade à erradicação da miséria e alertou não ser “tão simples assim” cumprir essa meta. Disse que a experiência que adquiriu nos oito anos que governou o Piauí mostra que o caminho é difícil, sendo exigido muito investimento em educação de jovens e apoio aos mais idosos.

Wellington Dias informou ter investido o máximo em educação e, mesmo assim, o Piauí continua com uma “fatia considerável” da população na miséria.

– A pobreza é algo mais terrível que imaginamos. Muitas vezes as pessoas não saem da miséria não apenas pela falta de oportunidades. Ao governo, não basta só ter dinheiro, ter instrumentos – disse.

O ex-governador disse que conseguiu reduzir o percentual de analfabetos (maiores de 15 anos) de 32% para 19,2% nos oito anos de sua administração.

– Posso dizer com orgulho que o Piauí não é mais o estado mais pobre do Brasil – afirmou ele, sendo cumprimentado por Gleisi Hoffmann (PT-PR), Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) e Antonio Carlos Valadares (PSB-SE).



“Ajudamos a redemocratizar o país”, diz a senadora, na vida pública desde 1979

Vanessa Grazziotin reafirma sua crença na democracia

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) afirmou estar “plenamente convicta” de que a democracia é o único caminho para alcançar os avanços exigidos pela sociedade. Ela lembrou sua trajetória na vida pública, desde o início de sua militância, em 1979. “Ajudamos a redemocratizar o país”, afirmou.

A senadora ressaltou sua participação nos movimentos Diretas Já e pela defesa da Amazônia. Destacou ainda que foi três vezes vereadora em Manaus e três vezes deputada federal. Na Câmara dos Deputados, foi vice-presidente da Comissão Mista Permanente de Mudanças Climáticas e líder do PCdoB; coordenou a bancada do Amazonas; presidiu a Comissão da Amazônia, Integração Nacional e Desenvolvimento Regional e o Grupo Parlamentar Brasil-Cuba. Em aparte, João Pedro (PT-AM) disse que Vanessa Grazziotin tem “uma vida pública exemplar” no Amazonas e faz parte de uma geração que não teve medo de enfrentar o final da ditadura militar. Casildo Maldaner (PMDB-SC) disse que a senadora é “a nova Anita Garibaldi, heroína de dois mundos, o Sul e o Norte do Brasil”. Gleisi Hoffmann (PT-PR) também aparteu o discurso.

Mais

TV SENADO

A TV Senado, primeira televisão legislativa brasileira, foi criada em fevereiro de 1996 com o objetivo de tornar mais transparentes as atividades do Senado. Nesses quinze anos, ampliou a sua cobertura e hoje atua não apenas nos trabalhos legislativos, mas também na produção de conteúdos variados de interesse nacional. É por isso que a TV Senado é mais.

TV Senado 15 Anos. Mais democracia, mais cultura, mais Brasil.



Gilvam Borges relembra trajetória política de José Sarney

“Não apenas correligionário e amigo: sou, confessadamente, um dos maiores admiradores do presidente José Sarney.” O senador Gilvam Borges (PMDB-AP) relembrou a trajetória política de Sarney para comemorar a sua reeleição para a Presidência do Senado. Com a vitória, registrou Gilvam, Sarney

passou a ser não apenas o mais experiente parlamentar da República (56 anos de mandatos), mas tornou-se também o que mais presidiu o Congresso Nacional.

Gilvam recordou que quando disputou a Presidência do Senado pela terceira vez, há dois anos, José Sarney reagiu

especialmente à crítica de que estaria muito idoso para presidir a Casa.

Na avaliação de Gilvam, ele tinha argumentos suficientes para repelir a insinuação, pois no seu currículo já constava a iniciativa que resultou na criação do Prodasen e a criação do sistema de comunicação do

Senado: Rádio, Jornal, TV e Agência Senado.

– Para os que gostam de números, vale registrar que, somente no ano passado, a Agência Senado teve 20 milhões de acessos. Produz cerca de mil reportagens por mês, uma média de 50 por dia, chegando a 80 nos dias de pico – afirmou.

Gleisi estreia com três projetos para o setor público

Proibir a realização de posse de senador nos períodos de recesso do Congresso Nacional; regulamentar a aplicação do teto remuneratório de agentes públicos e pensionistas no âmbito da União; e restringir o pagamento de verbas indenizatórias aos senadores.

Esses são os temas dos três projetos anunciados pela senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) no seu primeiro discurso em Plenário, “medidas cujo objetivo final é conferir maior eficiência, correção e razoabilidade à gestão de pessoas no setor público”.

A senadora citou alguns dos desafios que a presidente Dilma Rousseff terá, como acompanhar e enfrentar a situação cambial e promover ajustes fiscais nas contas federais. Gleisi também citou a necessidade de o governo assegurar a estabilidade dos preços, melhorar a gestão pública, aprimorar a qualidade dos gastos, promover a redução da taxa básica de juros e ampliar os investimentos em infraestrutura, saúde e educação.

Ela reiterou propostas de campanha, como o comprometimento com a defesa de mais direitos para as mulheres, o fortalecimento da agricultura e o desenvolvimento econômico e social do Paraná, a preservação do meio ambiente e melhorias na saúde, educação e segurança.



Senadora reiterou compromisso com a ampliação dos direitos das mulheres

João Pedro garante apoio à luta pelo fim da miséria

Senador do Amazonas diz que trabalhará junto com a base de apoio do governo federal para reduzir desigualdades sociais. Para ele, PT já provou competência para governar

O SENADOR JOÃO Pedro (PT-AM) disse ontem que, na nova legislatura, continuará atuando na defesa da população menos favorecida do país e do desenvolvimento sustentável da região amazônica.

O senador também afirmou que trabalhará com o restante da base do governo federal para atingir a meta de eliminar a pobreza no Brasil.

Outro compromisso assumido por João Pedro é o de atuar na defesa da população da região amazônica e na preservação de seus recursos naturais, garantindo ao mesmo tempo o desenvolvimento econômico sustentável da Amazônia.

– Que essa região seja preservada de maneira sustentável, com o apoio da ciência e com o apoio das populações que lá habitam há séculos. A boa ciência,



Desenvolvimento sustentável da região amazônica é bandeira de João Pedro

a boa pesquisa e a política pública responsável devem levar em consideração o saber dos povos tradicionais amazônicos. Precisamos aprimorar e disseminar formas de desenvolvimento que mantenham essa floresta e esse patrimônio em pé – resumiu.

Davim terá meio ambiente e saúde como prioridades

O senador Paulo Davim (PV-RN) foi empossado ontem e afirmou que dará prioridade em seu mandato à defesa do meio ambiente e às melhorias na saúde pública. Davim assumiu a vaga do senador Garibaldi Alves Filho (PMDB), que se licenciou para comandar o Ministério da Previdência.

Único representante do Partido Verde no Senado, ele disse que acredita na “coexistência respeitosa entre desenvolvimento e meio ambiente” e que pretende fazer jus à herança deixada pela ex-senadora Marina Silva, dando continuidade às suas lutas.

– Me é impossível acreditar que exista sociedade avançada



agredindo o meio ambiente. Aqui nesta Casa, pretendo alargar e aprofundar os debates sobre a revisão do Código Florestal, da necessária proteção aos nossos mananciais e outros temas caros à nossa bandeira – disse.

Médico nascido no sertão poti-

Na opinião de João Pedro, os oito anos de Luiz Inácio Lula da Silva na Presidência serviram para dar suficientes provas para a população da capacidade do PT de administrar o país “em dias de calma e em dias de turbulência”.

Responsabilidade

– Temos sobre nossos ombros a esperança da população e a responsabilidade de corresponder aos seus anseios por meio da nossa atuação na política e em outros campos da vida pública – disse João Pedro sobre a presidente Dilma Rousseff e seu partido.

Para o senador, o país pode se tornar uma potência mundial em poucos anos, mas, para isso, os governantes e autoridades precisam evoluir para evitar tragédias como as recentes enchentes no estado do Rio de Janeiro.

Gim Argello (E) e Cícero Lucena acompanham juramento de Davim

guar, Paulo Davim defendeu a efetiva implantação do Sistema Único de Saúde (SUS). Para ele, é necessário ampliar o debate acerca do financiamento da saúde, da regulamentação da Emenda 29, do aprimoramento de programas, da carreira de Estado na área e da remuneração.

Para ele, o profissional da saúde não pode exercer o seu papel de zelar pela vida dos cidadãos “com as mãos trêmulas de ansiedade e incerteza”.



Senador promete cumprir a vontade dos paraibanos

Vital do Rêgo reafirma compromissos

O senador Vital do Rêgo (PMDB-PB) estreou na tribuna fazendo elogios à história do Parlamento, aos homens públicos de seu estado e ao seu partido. Ele também firmou compromisso com a justiça social e com as reformas política, tributária, previdenciária e trabalhista.

– Nos últimos oito anos, crescemos pela primeira vez atenuando as injustiças sociais. Recuperamos nossa autoestima, a capacidade de crescer e o poder de compra dos brasileiros. Consolidamos uma imagem internacional de economia forte e estável. Mas precisamos avançar muito mais – afirmou.

Na vida pública desde 1988, Vital do Rêgo falou de sua chegada ao Senado como o “maior desejo de um parlamentarista convicto” e prometeu dedicar os seus próximos oito anos ao cumprimento da vontade dos paraibanos.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º vice-presidente: Marta Suplicy
2º vice-presidente: Wilson Santiago
1º secretário: Cícero Lucena
2º secretário: João Ribeiro
3º secretário: João Vicente Claudino
4º secretário: Ciro Nogueira
Suplentes de secretário:
Gilvam Borges, João Durval, Maria do Carmo Alves e Vanessa Grazziotin

Diretor-geral: Haroldo Feitosa Tajra
Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por José Sarney • Marta Suplicy • Inácio Arruda

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem:
Teresa Cardoso e Silvia Gomide
Edição: Moisés Oliveira e Nelson Oliveira
Site: www.senado.gov.br/agencia

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333
Editor-chefe: Flávio Faria

Editores: Janaina Araújo, José do Carmo Andrade, Juliana Steck, Suely Bastos e Sylvio Guedes

Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves

Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Miquéas D. de Moraes, Pedro Pincer e Silvío Burle

Reportagem: Cintia Sasse e Rafael Faria

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal – E-mail: jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61 2211 – Fax: (61) 3303-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar – Brasília, DF
CEP: 70.165-920



Márcia Kolumbe/Senado Federal

Marisa lembra que uma cadeira da corte está vaga desde agosto

PEC fixará prazo para indicação de ministro do STF

A senadora Marisa Serrano (PSDB-MS) anunciou que apresentará uma proposta de emenda constitucional fixando o prazo de 20 dias para que o presidente da República indique ao Senado os nomes dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) e dos tribunais superiores, além de outras autoridades do Judiciário. O trecho da Constituição que determina essa competência (artigo 84) não estipula prazo para que a vaga seja preenchida e, por isso, a indicação pode levar meses.

Marisa Serrano disse que a ideia de apresentar a proposta surgiu devido à demora do então presidente Luiz Inácio Lula da Silva em indicar um novo ministro para o STF. A corte tem 11 membros, mas uma das cadeiras está vaga desde agosto do ano passado, quando Eros Grau se aposentou. Somente nesta semana a presidente Dilma Rousseff oficializou a indicação do nome de Luiz Fux para votação pelo Senado Federal.

A senadora argumenta que colegiados como o STF são compostos por números ímpares de ministros justamente para evitar impasses em casos polêmicos – ou seja, para que não haja empate nas votações, como foi o caso do julgamento sobre a aplicação da Lei da Ficha Limpa.

Marisa Serrano lembrou que o vice-presidente do Supremo, ministro Carlos Ayres Britto, teria dito que “esses seis meses de defalque [com a vaga deixada por Eros Grau] evidenciaram o risco e foram um aprendizado para todos”. Ela também recordou que a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) havia solicitado rapidez na indicação do novo ministro daquela corte.

– Mas Lula esperou o fim das eleições e deixou a decisão para sua sucessora, prejudicando as atividades do Supremo – criticou.

Congresso Nacional precisa se reunir e aprovar uma resolução indicando os nomes dos 37 parlamentares que formarão a bancada nacional no legislativo continental, a partir deste ano. No entanto, não há sessão prevista para isso

Falta de renovação dos representantes brasileiros pode paralisar o Parlasul

O ANO LEGISLATIVO começa com dois desafios na área internacional: a indicação dos novos integrantes da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul (Parlasul) e a aprovação das regras para a eleição direta dos futuros representantes brasileiros no órgão legislativo regional. O primeiro deles é mais urgente, já que os mandatos dos antigos membros da representação nacional expiraram em 31 de dezembro de 2010.

A Resolução 1/07 do Congresso Nacional, que disciplina a Representação Brasileira no Parlasul, estabelece que ela compõe-se de nove deputados e nove senadores, além de igual número de suplentes, que devem ser designados pelo presidente do Congresso. A mesma resolução estabeleceu o fim da vigência dos mandatos que se encontravam em vigor no final do ano passado.

Ocorre que acordo político firmado pelos integrantes do Parlasul no final de 2010 indica o início, já a partir de 2011, da ampliação das bancadas dos países mais populosos do Mercosul, Argentina e Brasil. Segundo o acordo, a Argentina passa a ser representada neste ano por 26 parlamentares e o Brasil, por 37. Paraguai e Uruguai mantêm seus



Marcia Kolumbe/Senado Federal

Reunião do Parlasul, no ano passado: regimento do órgão só permite sessões com todas as delegações nacionais presentes

atuais 18 parlamentares por país. Esse seria o primeiro passo para a implantação completa do regime de proporcionalidade. Após a realização de eleições diretas, a Argentina passará a ter 43 parlamentares e o Brasil, 75.

Para adaptar-se a esse acordo, que aumenta de 18 para 37 o número de representantes brasileiros, e para preencher o vácuo aberto com o final dos mandatos dos antigos integrantes da representação, a Resolução 1/07 deverá ser atualizada. Isso só poderá ocorrer por meio da aprovação,

pelo Congresso Nacional, de um outro projeto de resolução, que incorpore o conteúdo do acordo e permita a indicação dos novos deputados e senadores que representarão o Brasil em Montevidéu, no Uruguai, sede do Parlasul.

Sem previsão

Não existe, contudo, sessão do Congresso prevista para os próximos dias. E, enquanto não se realizarem as indicações dos novos integrantes da representação, não poderá ocorrer nenhuma

sessão do Parlasul, uma vez que devem estar presentes todas as delegações nacionais para que uma sessão se realize. A primeira sessão do parlamento deveria ocorrer ainda em fevereiro, mas pode ser adiada até a aprovação de uma nova resolução pelo Legislativo brasileiro.

Os mandatos dos novos representantes a serem indicados pelo Congresso durarão até a escolha direta dos parlamentares, que pode ocorrer em 2012, juntamente com as eleições municipais. Ou só em 2014.



Genaldo Magalhães/Senado Federal

Suplicy sugere que a CCJ ouça Cesare Battisti, condenado na Itália por quatro homicídios

Suplicy lê carta na qual Battisti diz que nunca matou ou feriu alguém

“Nunca provoquei ferimentos ou a morte de qualquer ser humano”, assegura o italiano Cesare Battisti, em carta escrita ontem, endereçada aos senadores, deputados e ao povo brasileiro, e lida em Plenário pelo senador Eduardo Suplicy (PT-SP). Preso desde março de 2007 e protagonista de um processo de extradição solicitado pelo governo da Itália, Battisti diz ainda que nenhuma autoridade policial ou qualquer juiz o perguntou se teria cometido os assassinatos a ele atribuídos.

Suplicy esteve ontem no Complexo Penitenciário da Papuda, onde recebeu a carta. O senador disse acreditar que se a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) agendar uma reunião para ouvir a versão do italiano, ele convencerá inclusive aos parlamentares de oposição.

Em seu pronunciamento, o senador referiu-se também a documento encaminhado ao então presidente Luiz Inácio Lula da Silva por seis renomados juristas argumentando que a condenação de Battisti foi “baseada fundamentalmente em delação premiada e produzida em ambiente político conturbado”.

Demóstenes: Battisti é um assassino e não agiu politicamente

Em contestação dirigida a Eduardo Suplicy (PT-SP), o senador Demóstenes Torres (DEM-GO) afirmou que Cesare Battisti “é um assassino que matou quatro pessoas e deixou outra com incapacidade permanente” e não agiu politicamente.

Além disso, continuou Demóstenes, ao contrário do que diz na carta lida por Suplicy, Battisti “não estava asilado; estava foragido. Ele fugiu da Justiça italiana”.

– Não podemos usar esta história de que ele poderá ser perseguido na Itália. O parecer aprovado pelo advogado-geral da União do Brasil chega à conclusão de que a situação dele poderá ser agravada na Itália. Se fosse uma ida para Cuba, até concordo que a situação dele poderia ser agravada. Mas na Itália, não. Trata-se de um país de ampla tradição democrática – observou.

Para Demóstenes, a decisão da Justiça italiana não pode ser revista pelo Brasil.



Waldemir Barreto/Senado Federal

Senador considera que Battisti não deve ser tratado como asilado, mas como foragido



Waldemir Barreto/Senado Federal

Para Taques, Battisti é um criminoso comum cuja condenação foi mantida pela Justiça italiana

Taques prega respeito ao tratado com a Itália e defende a extradição

O senador Pedro Taques (PDT-MT) discordou de Eduardo Suplicy e argumentou que Battisti é um criminoso cuja condenação foi mantida por um tribunal de apelação na Itália em 1993.

– Nós estamos a tratar de um debate que não é ideológico. É um debate de fato. E os autos [do julgamento] revelam que ele [Battisti] cometeu crime. O Supremo Tribunal Federal, em votação apertada, decidiu que o crime não é político. Portanto, estamos a tratar de um criminoso comum. E, mais uma vez, não podemos ter medo das palavras – afirmou.

Taques lembrou que o STF determinou que o presidente da República – na época, Luiz Inácio Lula da Silva – respeitasse o tratado internacional firmado com a Itália e, por isso, é importante que o Congresso Nacional, que referendou o tratado, debata o problema.

– Nós temos que ser Constituição. E a Constituição diz que o presidente é o chefe de Estado, mas diz também no artigo 102 que o STF decide sobre extradição. Assim, com todo o respeito, esse criminoso deve ser enviado para a Itália – assinalou.

Aval do Executivo a medidas punitivas mais fortes foi consenso em audiência pública no Senado, que encerrou semana nacional sobre o tema

Maria do Rosário diz que proposta exige diálogo

A ministra da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República, Maria do Rosário, considera que a aprovação da PEC do Trabalho Escravo depende de amplo diálogo com os setores envolvidos. Na audiência pública com integrantes da Frente Parlamentar Mista e da Frente Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo, ela disse que é importante envolver produtores do setor primário no debate, pois o Brasil não pode alcançar altos índices de produtividade agropecuária com utilização de mão de obra escrava.

– Se o Brasil almeja estar entre as principais economias do mundo, com aumento do PIB, não deve ser com o sangue do trabalhador – afirmou.

Maria do Rosário observou que 25 mil trabalhadores são admitidos por ano no setor primário e que eles, em condições de miséria, ficam sujeitos a empregadores criminosos.

O presidente da ONG Repórter Brasil, Leonardo Sakamoto, ressaltou que é encontrado trabalho escravo em todos os estados do país, não apenas na Amazônia. E não só na área rural, onde ocorrem 80% dos casos, mas também nas cidades.

Segundo Sakamoto, 40% das vítimas são analfabetas e as atividades que mais utilizam esse tipo de mão de obra são produção de carne bovina, carvão e produtos agrícolas como cana-de-açúcar, algodão, soja e milho. Outras ocorrências estão na indústria de tecelagem e em obras de usinas hidrelétricas.

Sakamoto disse ainda que, entre 2003 e 2009, a maior parte (28%) dos resgatados pelo Ministério do Trabalho é proveniente do Maranhão. Em seguida, os estados que mais têm mão de obra escrava são Pará, Bahia e Tocantins.

Lista suja

O representante da Organização Internacional do Trabalho (OIT), Luiz Machado, defendeu medidas que envolvam os diversos órgãos do governo, o Congresso e a sociedade. Ele elogiou a criação da “lista suja”, por meio de portaria do Ministério do Trabalho, que cadastra os empregadores flagrados utilizando o trabalho escravo em suas atividades. Também considerou importante o Pacto Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo, por incluir toda a sociedade, que se nega a consumir produtos de empresas que adotam a prática criminosa.

Já o subprocurador-geral do Trabalho Luís Antônio Camargo defendeu melhor estruturação das instituições, especialmente da auditoria fiscal e da fiscalização móvel do Ministério do Trabalho e Emprego.

– Apenas 50% das denúncias são apuradas – informou.



Senador Cristovam Buarque e ministra Maria do Rosário ouvem Leonardo Sakamoto, da ONG Repórter Brasil, em debate sobre maior eficácia no combate ao trabalho escravo: PEC prevê o confisco de terras onde for constatada a prática

Fotos de J. Freitas/Senado Federal

Frentes pedem apoio de Dilma à PEC do Trabalho Escravo

INTEGRANTES DA FRENTE Parlamentar Mista e da Frente Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo deverão se encontrar com a presidente Dilma Rousseff para pedir apoio à aprovação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 438/01, que prevê confisco de imóvel rural e urbano em que for comprovada a exploração de trabalho análogo ao escravo.

Os parlamentares também vão se reunir com o presidente da Câmara dos Deputados, Marco Maia, para pedir presença na aprovação da chamada PEC do Trabalho Escravo. Essas foram algumas das medidas aprovadas pelas frentes em audiência pública conjunta realizada no Senado ontem. O evento encerrou a Segunda Semana Nacional de Combate ao Trabalho Escravo, que tratou do tema em várias cidades brasileiras.

Na opinião do deputado Amauri Teixeira (PT-BA), Dilma tem interesse na aprovação da PEC, uma vez que o combate à miséria é um tema prioritário do governo. No entanto, observou, é necessário também fortalecer os servidores que fiscalizam o cumprimento das normas, como os auditores fiscais e os defensores públicos.

– Se o Palácio do Planalto não se comprometer, a PEC não destrava – disse o deputado Domingos Dutra (PT-MA), que sugeriu a audiência com a presidente.

O senador Pedro Taques (PDT-MT) também destacou a necessidade de aplicar as medidas punitivas já presentes na legislação. Para ele, as questões preventivas devem receber

atenção das autoridades, mas sem esquecimento das repressivas. Ao defender igualdade na aplicação do Direito Penal, ele argumentou que poucos são condenados pelo crime de utilizar mão de obra escrava.

O fato de o país ainda discutir a escravidão, na opinião do senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP), demonstra “atraso civilizatório”. Em sua avaliação, é importante a audiência com Marco Maia para cobrar a aprovação da PEC ainda este ano. A contratação de novos auditores fiscais do trabalho também foi defendida pelo senador, como forma de intensificar a fiscalização.

Para a senadora Marinor Brito (PSOL-PA), apesar de ser muito importante a fiscalização, são necessárias medidas preventivas para evitar o ingresso de novos brasileiros na condição de trabalhador escravo. Ela alertou que o Pará está recebendo cerca de 100 mil trabalhadores para as obras da usina de Belo Monte.

O estado, informou, já possui cerca de 19 mil desempregados e, se não forem tomadas medidas, a situação poderá produzir intensos danos sociais, além dos ambientais que, segundo a senadora, o empreendimento deve causar.

– Isso significa que mais trabalhadores se concentrarão numa região que não tem emprego, saneamento básico, nem perspectivas em médio prazo de inclusão social – disse Marinor.

Para o senador Wellington Dias (PT-PI) o Brasil está em vias de se tornar um país desenvolvido e não pode continuar pro-

gredindo com base no trabalho escravo.

Auditor concursado

Na audiência pública, também foi aprovado o envio de um pedido ao governo para a contratação imediata de auditores fiscais do Trabalho já aprovados em concurso público que expira no próximo dia 29. A realização de novo concurso para a categoria também será solicitada ao ministro.

A presidente do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho (Sinait), Rosângela Rassy, informou que há apenas 3.032 auditores fiscais para atender todas as empresas do país. Os programas governamentais para gerar maior número de empregos, destacou, levaram 15 milhões de trabalhadores a empregados formais. Essa situação, observou, exige a contratação de novos auditores.

– A fiscalização do trabalho no Brasil está comprometida – disse Rosângela, ao homenagear, emocionada, os três auditores e o motorista do Ministério do Trabalho mortos em Unai (MG) há sete anos, sem que até hoje os culpados tenham sido punidos.

A secretária de Inspeção do Trabalho do Ministério do Trabalho, Vera Albuquerque, disse que a inspeção do trabalho brasileiro é referência no mundo. O “trabalho heroico” dos auditores do Trabalho “é exercido com paixão”, conforme destacou.

Para ela, o Brasil já teve a coragem de reconhecer a existência do trabalho escravo. Agora, é necessário implementar programas para erradicar o problema. Em sua avaliação, a educação poderá ser “o principal motor” para eliminação dessa prática.

Nery: presidente de honra de frente parlamentar

O ex-senador José Nery (PSOL-PA), que participou da audiência de encerramento do evento pela erradicação do trabalho escravo, disse querer ver aprovada a PEC 438/01 até 13 de maio, data em que se comemora a Abolição da Escravatura no Brasil.

Nery será considerado presidente de honra da Frente Parlamentar Mista de Erradicação do Trabalho Escravo, decisão aprovada ontem em audiência. Ele se disse emocionado com a homenagem e afirmou que voltará a Abaetetuba, no Pará, onde continuará a atuar em movimentos sociais, como faz há 25 anos.

O ex-senador pediu a recomposição da frente que, ao ser instalada em 10 de março de 2010, era formada por 195 deputados e 55 senadores, mas atualmente conta com 93 deputados e 20 senadores.

Nery quer que os parlamentares apoiem a PEC e 20 projetos de lei que tratam do tema. Sugeriu ainda que os estados peçam a seus representantes no Congresso a aprovação dessas propostas. Também elogiou a sugestão do deputado Cláudio Puty (PT-PA), de instalação de uma CPI para investigar a prática de trabalho escravo no país.



Ex-senador Nery recebe homenagem da frente que presidiu em 2010